



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco  
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ATAS

### ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/5/2011

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Juninho Araújo, Pompílio Canavez e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tadeu Martins Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Robson de Souza Bittencourt, Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, publicada no “Diário do Legislativo”, em 21/5/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 1.164/2011 (Deputado Tadeu Martins Leite) e 755/2011 (Deputado Luiz Carlos Miranda). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 641/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis); 717/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 2, e com as Emendas nºs 3 e 4, que apresenta; 745/2011 (relator: Deputado Juninho Araújo, em virtude de redistribuição) na forma do Substitutivo nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 605, 875, 905, 952 e 964/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 687, 689, 695 e 701/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados André Quintão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para discutir o Projeto de Lei Federal nº 865/2011, que cria a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja encaminhado ofício aos Senadores Aécio Neves, Itamar Franco e Clésio Andrade, pedindo que votem pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2009. São recebidos pela Presidência os requerimentos dos Deputados: Celinho do Sintrocel(9) em que pleiteia seja solicitado ao Diretor Presidente da Cemig o relatório das condições atuais e de manutenção das pequenas centrais hidrelétricas - PCH - existentes na área da unidade da Empresa Novelis Ltda, em Ouro Preto; cópia de todos os contratos firmados entre a Cemig e a Empresa Novelis do Brasil Ltda; relatório da quantidade de energia da Cemig consumida mensalmente pela unidade da Empresa Novelis no Município de Ouro Preto nos últimos 20 anos; relatório do valor cobrado pela Cemig no fornecimento de energia para a unidade da Empresa Novelis em Ouro Preto nos últimos 20 anos; sejam solicitadas da Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM- cópias dos últimos relatórios e estudos acerca dos impactos ambientais causados pelo funcionamento da empresa; do passivo ambiental da Empresa Novelis Brasil Ltda, em Ouro Preto, criado ao longo de sua cinquentenária existência; do estado atual de conservação e manutenção das barragens de



rejeitos hoje existentes, bem como o grau de risco de cada uma delas; da poluição e qualidade do ar, da água e do solo no entorno da unidade; caso algum dos relatórios não tenha sido executado, que seja providenciado em caráter emergencial; sejam solicitados ao Prefeito Municipal de Ouro Preto relatório do impacto social e econômico de um possível fechamento da unidade da Novelis nesse Município e região e relatório de possíveis dívidas que a empresa tenha com erário público e com a Município; sejam solicitados ao Secretário de Estado da Fazenda relatórios das receitas diretas e indiretas que a unidade da Empresa Novelis de Ouro Preto gera para o Estado; de incentivos dados pelo Estado, caso existam, à Empresa Novelis e de dívidas, caso existam, da Empresa Novelis com o Estado; sejam solicitadas à Empresa Novelis Brasil Ltda. informações acerca de sua permanência no local e de seu plano de investimentos, tanto em suas estruturas como em mão de obra; sejam solicitados ao Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - cópia dos contratos e acordos selados entre a instituição financeira e a Empresa Novelis do Brasil Ltda e relatório dos investimentos e empréstimos que o BNDES tenha contratado com a referida empresa; seja solicitado à Secretária de Estado de Planejamento e Gestão cópia de estudo sobre os impactos na economia mineira e na região de Ouro Preto caso a unidade da Empresa Novelis, instalada nesse Município, seja fechada. Caso o estudo ainda não tenha sido feito, solicita-se a sua realização em caráter emergencial; sejam solicitados ao Presidente do BDMG cópia dos contratos e acordos selados entre a instituição financeira e a Empresa Novelis Ltda. e relatório dos investimentos e empréstimos que o BDMG tenha contratado com a referida empresa; seja realizada reunião de audiência pública para comemorar o Dia do Operador de Telemarketing e debater as condições de trabalho da categoria; Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 717/2011, do Tribunal de Contas; André Quintão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com as Comissões de Trabalho, da Previdência e da Ação Social, Participação Popular, Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Esporte, Laser e Juventude, para debater os impactos sociais da Copa de 2014 e a elaboração de um plano de sustentabilidade social para o evento; Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a capacitação profissional dos trabalhadores durante o período de recebimento do benefício do seguro-desemprego; Durval Ângelo em que solicita seja realizada visita conjunta desta Comissão com as de Direitos Humanos e Turismo às dependências da Indústria de Material Bélico - Imbel -, na unidade de Itajubá; e da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para avaliar e discutir o endividamento do servidor público do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2011.

Tadeu Martins Leite, Presidente - Celinho do Sinttrocel - Duarte Bechir.

### **ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/5/2011**

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Doutor Viana e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias constantes na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 1.294/2011, em turno único (Deputado Doutor Viana). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 938/2011, com a Emenda nº 1, e 969/2011, na forma original, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2011.

Antônio Carlos Arantes, Presidente – Doutor Viana – Romel Anízio – Rômulo Viegas.

### **ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/5/2011**

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Elismar Prado, Carlos Mosconi e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Luzia Ferreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. É recebido pela Presidência requerimento do Deputado Carlos Mosconi em que solicita seja realizada visita, em Poços de Caldas, para conhecer as atividades de promoção da música clássica nesse Município, em especial, a Sinfonia das Águas. Anunciada a votação do requerimento do Deputado Elismar Prado em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de debater a restrição a eventos culturais na Barragem Santa Lúcia, em Belo Horizonte, é aprovado requerimento do Deputado Tenente Lúcio em que solicita o adiamento da votação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlin Moura em que solicita seja realizada visita ao ensaio da Orquestra Sinfônica da Fundação Clóvis Salgado com o objetivo de conhecer o trabalho que vem sendo desenvolvido pela referida orquestra; Paulo Lamac em que solicita seja

realizada reunião de audiência pública com a finalidade de discutir a importância da valorização da cultura junina do Estado; Elismar Prado em que solicita seja realizado o debate público "Música nas escolas", relativo à obrigatoriedade do ensino da música na educação básica, conforme dispõe a Lei nº 11.769, de 18/8/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2011.

Elismar Prado, Presidente – Tenente Lúcio.

### **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2011**

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Duarte Bechir, Luiz Henrique, Gustavo Corrêa (substituindo este a Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do BTR) e João Vítor Xavier (substituindo o Deputado Deiró Marra, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 205 e 518/2011 (Deputado João Vítor Xavier), 582, 631, 648, 747 e 748/2011 (Deputado Luiz Henrique), e 750, 770, 822, 830, 870, 887, 953/2011 (Deputado Gustavo Corrêa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 205 e 518/2011, que receberam parecer por sua aprovação. O Deputado João Vítor Xavier retira-se da reunião. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 582, 631, 648, 747, 748 750, 770, 822, 830, 870, 887 e 953/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2011.

Duarte Bechir, Presidente – Célio Moreira – Luzia Ferreira.

### **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/6/2011**

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Carlos Mosconi (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Registra-se a presença do Deputado Cássio Soares. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 426/2011, no 1º turno, para o qual designou o Deputado Cássio Soares como relator. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.201/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 718, 726, 727, 782 e 806/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite e Cássio Soares (2), em que solicitam seja realizada visita ao Secretário de Estado de Defesa Social e ao Subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas para discutir as condições de internação de adolescentes infratores no Município de Betim; seja realizada visita ao Secretário de Estado de Defesa Social para discutir o aumento da violência no Município de Passos e região e para entregar documentos colhidos na audiência pública realizada nesse Município; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Carlin Moura, João Leite e Cássio Soares, em que solicitam seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para a apuração dos roubos de gado e dos roubos e arrombamentos de cofres ocorridos no Município de Virgolândia; do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais federais lotados na Delegacia de Repressão a Entorpecentes da SR/DPF/MG de Polícia Federal, junto ao Aeroporto de Confins, pelo trabalho desenvolvido e pela atuação da equipe na prisão de dois traficantes catarinenses que portavam mais de 50 mil comprimidos de "ecstasy" para distribuição em Minas Gerais; do Deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir sobre a segurança pública em Além Paraíba e região, tendo em vista o crescente aumento da criminalidade. É recebido pela Presidência requerimento do Deputado Neider Moreira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Administração Pública para debater a atuação dos rondas noturnos e motovigias em Belo Horizonte. Logo após, é aprovado relatório da audiência pública realizada no Município de Passos, em 6/5/2011, que debateu a segurança pública na região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2011.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Sargento Rodrigues.

## **ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/6/2011**

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Após, comunica o recebimento de ofício do Sr. Carlos José Fadigas de Souza Filho, Presidente da Braskem, justificando sua ausência na reunião de 31/5/2011. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 832 a 835 e 851/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Vanderlei Miranda (2) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para debater o interesse do Canadá em ampliar os investimentos no Estado e os procedimentos de fiscalização e autorização do transporte fretado contínuo de passageiros, especialmente quanto aos pontos que menciona. São recebidos pela Presidência requerimentos dos Deputados Durval Ângelo em que solicita seja realizada visita conjunta com as Comissões de Direitos Humanos e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, com a presença de representantes das bancadas mineiras no Senado Federal e na Câmara de Deputados, à unidade de Itajubá da Indústria de Material Bélico; e Dalmo Ribeiro Silva (3) em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a melhoria da Rodovia MG-428, especialmente no trecho entre Araxá e Jaguará; seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de providências para a reforma da Santa Casa de Misericórdia de Sacramento; e seja encaminhado ao Secretário de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a construção de rodovia ligando Conquista à Gruta dos Palhares e a Jaguará. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Ulysses Gomes.

## **ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/6/2011**

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Antônio Júlio, Carlos Henrique, Duílio de Castro e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Délio Malheiros, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Paulo Guedes e Elismar Prado. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a dar prosseguimento ao debate sobre a prestação de serviços de telefonia móvel nos pequenos Municípios e a discutir e votar proposições da Comissão; e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" de 4/6/2011: ofícios dos Srs. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça; Ricardo Augusto Simões Campos, Diretor-Presidente da Copasa-MG; Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig; Josué Costa Valadão, Secretário de Governo de Belo Horizonte; e da Sra. Dorothea Werneck, Secretária de Desenvolvimento Econômico. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 444/2011, no 2º turno (Deputado Délio Malheiros), 891/2011 (Deputado Duílio de Castro), 1.024/2011 (Deputado Carlos Henrique) e 1.119/2011 (Deputada Liza Prado), no 1º turno. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Amaral, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Onça de Pitangui, e Fabrícia Lanna Coelho, advogada da Vivo; e os Srs. José Dias Coelho Neto, Gerente do Escritório Regional da Anatel; Gilberto Dias de Souza, Gerente do Procon Assembleia; José Luiz Halak, Gerente de Relações Internacionais da Oi; André Luiz Barbosa Carvalho, advogado da Claro; André Gustavo Rodrigues Rosa, responsável pela área de assuntos institucionais da TIM; Tony Hornes, Diretor de Relações de Consumo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, representando o Sr. Luiz de Melo Júnior, Diretor de Relações Institucionais dessa entidade, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Antônio Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência recebe cópia de documentos das operadoras Oi, Claro e Vivo encaminhados ao Sr. José Dias Coelho Neto. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações para que envie balanço técnico relativo ao consumo irregular de energia elétrica no Estado, no exercício de 2010; Délio Malheiros e Fred Costa em que solicitam seja realizada visita, com os convidados que menciona, à Rua das Musas, no Bairro Alto Santa Lúcia, em Belo Horizonte, para vistoriar trecho que a Prefeitura pretende alienar com vistas à construção de empreendimento de luxo e ouvir os moradores da região acerca do assunto. É recebido pela Presidência requerimento do Deputado Délio Malheiros em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a eventual alienação, por parte da Prefeitura, de parte da Rua das Musas, no Bairro Alto Santa Lúcia, em Belo Horizonte, para a construção de hotel de luxo. Ato contínuo, faz-se presente o Deputado Délio Malheiros. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos

parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2011.

Délio Malheiros, Presidente – Liza Prado – Carlos Henrique – Duílio de Castro.

## **ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/6/2011**

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Celinho do Sinttrocel e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Paulo Lamothe, Chefe de Gabinete da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (em exercício) justificando a ausência do Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil, na reunião de audiência pública realizada no dia 31 de maio, no Município de Montes Claros. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 201/2011 (relator: Deputado Celinho do Sinttrocel) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 1; 500/2011 (relator: Deputado Célio Moreira) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 1; 730/2011 (relator: Deputado Adalclever Lopes); 1.064/2011 - (relator: Deputado Célio Moreira) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.224/2011 (relator: Deputado Célio Moreira) e 1.332/2011 (relator: Deputado Anselmo José Domingos) ambos com as Emendas nº 1, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 848 a 850, 852, 853, e 882/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Projeto de Lei nº 1.352/2011 é convertido em diligência ao autor, Deputado Durval Ângelo. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais para debater os problemas que impedem a expansão e a melhoria do metrô de Belo Horizonte; Paulo Lamac em que solicita seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais para debater os projetos de acessibilidade à região conhecida como vetor Sul, divisa de Belo Horizonte com Nova Lima, entre eles, a ligação subterrânea do Bairro Mangabeiras ao Município de Nova Lima pela Serra do Curral; Adalclever Lopes (2) em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para que seja viabilizado convênio com o Município de Cordislândia, visando a recuperação da ponte que liga os Municípios de Cordislândia e Machado, sobre o Rio Sapucaí; seja realizada reunião de audiência pública no Município de Cordislândia para debater sobre a malha rodoviária da região e a necessidade da assunção pelo Estado de parte das estradas vicinais; Célio Moreira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para dar continuidade à discussão sobre a instalação de praça de segurança no entorno das torres de alta tensão da Cemig, situadas entre as ruas José Amaral Pimenta, Um e Vila Independência, e solicita ainda que seja pedido à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e à Cemig que tragam para a referida reunião informações sobre o convênio a ser assinado por essas duas entidades, como o valor de contrato que cabe a cada uma das entidades, e sobre a possibilidade de diminuir o prazo de dois anos para a conclusão da obra para seis meses; Celinho do Sinttrocel (3) em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de informações sobre o cronograma da implantação do Programa Caminhos de Minas, em relação ao trecho de 40km da MG-231 que liga os Municípios de Cordisburgo à Santana Pirapama; seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater a Proposta de Emenda à Constituição que altera o art. 2º da Lei nº 8.001/1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1.989, e dá outras providências, em tramitação no Congresso Nacional; seja encaminhado ao Sr. Helenio Romualdo Almeida, Inspetor da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais pedido de informações sobre a relação de acidentes com data, local e número de vítimas na BR-381 envolvendo motoristas profissionais de carga e de transporte coletivo de passageiros e amadores em 2008, 2009 e 2010; Délio Malheiros em que solicita seja encaminhado à BHTRANS pedido de providências para que envie a esta Casa os estudos que demonstram a viabilidade técnica da instalação de 21 novos radares que estão sendo operados nas ruas de Belo Horizonte desde 3/6/2011; e Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja encaminhado à Subsecretaria de Comunicação Social do Governo do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os valores despendidos pela administração direta e indireta em comunicação social, nos exercícios de 2003 a 2010, pelos veículos de comunicação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente – Celinho do Sinttrocel – Gustavo Valadares.

## **ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE MARCOS AFFONSO ORTIZ GOMES PARA DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF -, EM 8/6/2011**

Às 9h42min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Fabiano Tolentino e Antônio Carlos Arantes (substituindo o Deputado Duílio de Castro, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente “ad hoc”, Deputado Célio Moreira, informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Antônio Carlos Arantes para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos para Presidente o Deputado Célio Moreira e para Vice-Presidente o Deputado Fabiano Tolentino, ambos com três votos. O Presidente “ad hoc” proclama o resultado da eleição e declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Fabiano Tolentino, a quem passa a direção dos trabalhos; o Vice-Presidente declara empossado o Deputado Célio Moreira como Presidente, a quem devolve a direção dos trabalhos. O Deputado Célio Moreira avoca a si a relatoria da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2011.

Célio Moreira, Presidente - Duarte Bechir - Fabiano Tolentino.

## **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/6/2011**

Às 14h15min, comparece na Câmara Municipal de Sete Lagoas o Deputado Duílio de Castro (substituindo o Deputado Duarte Bechir, por indicação da Liderança do BPS), membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duílio de Castro, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a despoluição do Ribeirão Jequitibá e do Rio das Velhas e, principalmente, construir uma agenda de propostas e sugestões para acelerar o referido processo. Registra-se a presença do Deputado Célio Moreira, que passa a presidir os trabalhos. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Mariana Bolchardet, Coordenadora do Programa Meta 2014, representando o Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Vanessa Kelly Saraiva, Química da Gerência de Monitoramento Hidrometeorológico, representando Cleide Izabel Pedrosa de Melo, Diretora-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam -, Maria Fátima Cassini, Diretora de Saneamento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - Saae - da Prefeitura de Sete Lagoas, e os Srs. Mário Márcio Campolina Paiva, Prefeito Municipal de Sete Lagoas, Vereador Antônio Rogério Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas, Helisson Paiva Rocha, Secretário Parlamentar, representando o Sr. Márcio Reinaldo Dias Moreira, Deputado Federal, Ilmar Bastos Santos, Assessor Especial, também representando o Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Ronaldo de Andrade, Diretor-Presidente do Saae da Prefeitura de Sete Lagoas, Apolo Heringer Lisboa, Coordenador do Projeto Manuelzão, Rogério Sepúlveda, Presidente do Comitê da Bacia do Rio das Velhas e membro do Projeto Manuelzão, Sérgio Luiz Souza, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Antônio Bahia Filho, Reitor do Centro Universitário de Sete Lagoas, Derli Prudente Santana, pesquisador da Embrapa, e Mário Reis Filgueiras, Prefeito Municipal de Papagaios, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Duílio de Castro, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2011.

Célio Moreira, Presidente – Gustavo Corrêa – Duarte Bechir – Luzia Ferreira – Sávio Souza Cruz.

## **ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/6/2011**

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bruno Siqueira, Delvito Alves, Luiz Henrique e Antônio Carlos Arantes (substituindo a Deputada Rosângela Reis, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bruno Siqueira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente suspende a reunião para entendimentos. Registra-se a presença do Deputado Sebastião Costa. Verificada a inexistência de quórum para reabrir os trabalhos, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - Delvito Alves - Luiz Henrique - Cássio Soares.



## **ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/6/2011**

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Antônio Carlos Arantes (substituindo a Deputada Liza Prado, por indicação da Liderança do BPS), Celinho do Sinttrocel (substituindo o Deputado Pompílio Canavez, por indicação da Liderança do Bloco Minas Sem Censura) e Luiz Henrique (substituindo o Deputado João Leite, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Paulo Guedes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 552/2011, que dispõe sobre o prazo de adequação para serviço fretado de transporte intermunicipal de pessoas no Estado e dá outras providências, e o Projeto de Resolução nº 279/2011, que revoga o art. 24 do Decreto nº 44.035, de 1º/6/2005, que disciplina a autorização para prestação de serviço fretado de transporte rodoviário intermunicipal de pessoas, e altera o Decreto nº 32.656, de 14/3/91, ambos do Deputado Paulo Guedes, em tramitação nesta Casa, e a Lei nº 19.445, de 2011, que estabelece normas para coibir o transporte metropolitano e intermunicipal clandestino de passageiros no Estado, e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. João Afonso Baeta Costa Machado, Diretor de Fiscalização do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG, representando o Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral dessa autarquia; Paulo Sergio Magalhães Silva, Presidente da Associação dos Taxistas de Januária e Região; Hamilton Viana, Presidente da Câmara Municipal de Januária; José Aroldo de Carvalho, Presidente da Cooperativa dos Taxistas de Sete Lagoas; e Fernando Souza, especialista em direito público, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Paulo Guedes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2011.

Almir Paraca, Presidente - Pompílio Canavez - Liza Prado.

## **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/6/2011**

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses, Antônio Carlos Arantes, João Vítor Xavier e Rogério Correia (substituindo o Deputado Carlos Henrique, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os Deputados Bonifácio Mourão, Antônio Júlio, Arlen Santiago, Gustavo Valadares, Jayro Lessa, Duarte Bechir e Pompílio Canavez. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater e obter esclarecimentos sobre o programa Energia do Bem, da Cemig, e comunica o recebimento de correspondência dos srs. Wilson Ferreira Júnior, Presidente do Grupo CPFL Energia, e Otávio Castello Branco, Presidente do Conselho de Administração da Ersá Energias Renováveis S.A., publicada no "Diário do Legislativo", em 4/6/2011. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Wander Borges, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social; Rodolfo de Souza Monteiro, Gestor do Programa Energia Inteligente, representando o Sr. Djalma Bastos de Moraes, Diretor-Presidente da Cemig; Jairo Nogueira Filho e Leonardo Timóteo Antunes, respectivamente Coordenador-Geral e Diretor de Formação e Cultura do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais - Sindieletro; e Dener Nolasco, técnico do Serviço Voluntário de Assistência Social - Servas -, representando a Sra. Andrea Neves da Cunha, Presidente, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado João Vítor Xavier em que solicita seja realizada reunião com convidados para ouvir da Sra. Dulce Maria de Miranda Campos, gerente do escritório de Belo Horizonte da Empresa Furnas Centrais Elétricas, e do Sr. Sinval Ladeira, Coordenador do Programa Luz para Todos, as explicações sobre a contratação de ex-prefeitos e militantes do PT e do PMDB para implementação do programa no Estado; solicita ainda que seja convidado o Ministério Público Federal, para que acompanhe os trabalhos da reunião. Foi rejeitada a proposta de emenda do Deputado Rogério Correia ao requerimento do Deputado João Vítor Xavier, na qual solicitava a inclusão, na lista dos convidados, da Cemig, para que a empresa preste esclarecimentos sobre os critérios adotados na cobrança relativa aos adensamentos da rede elétrica em comunidades do Estado. São rejeitados os requerimentos dos Deputados Rogério Correia em que pede seja solicitado ao governo do Estado e à Cemig o plano de execução da empresa no uso dos recursos mencionados no Decreto de 17/5/2011; Paulo Lamac em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na Vila Santa Rita de Cássia - Aglomerado Santa Lúcia -, para discutir as medidas adotadas pela Cemig visando ao desalojamento de cerca de 1.200 famílias da Vila Santa Rita de Cássia e Vila Fazendinha, que residem ao longo das linhas de distribuição de energia da empresa; Délio Malheiros (2) em que solicita seja realizada visita desta Comissão, em conjunto com a



Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, às barragens de rejeitos de finos de minério de ferro, localizadas na região da Serra Azul, com a finalidade de verificar as condições atuais dessas, bem como os riscos que oferecem ao meio ambiente; e seja realizada reunião de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com o intuito de discutir a situação em que se encontram as barragens de rejeitos de finos de minério de ferro do Estado, em especial as localizadas na região da Serra Azul, no quadrilátero ferrífero, bem como as consequências que seu rompimento poderia acarretar; Carlos Henrique em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Brumadinho com a finalidade de averiguar a extração de minério de ferro e ocorrências provocadas em consequência das atividades da Empresa MMX Sudeste; e Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com o objetivo de discutir as atividades de extração de minério de ferro das Mineradoras Minerita, ECE, Usiminas, Arcelor-Mittal, MMX Sudeste, Ferrous e Emicon, especialmente quanto às áreas de atuação, à produção mensal e à respectiva capacidade produtiva e às medidas ambientais compensatórias; solicita ainda seja realizada visita à região da Serra Azul, acompanhada do Sr. Luciano Badini, Promotor de Justiça, e da consultoria desta Casa. O Presidente recebe, para posterior apreciação, os requerimentos dos Deputados Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a proposta de emenda à Constituição que altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 1990, que "define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28/12/1989, e dá outras providências"; Rogério Correia e Pompílio Canavez em que solicitam sejam encaminhados ofícios à Cemig para que informe sobre as vilas da Região Metropolitana de Belo Horizonte nas quais não existe rede de energia elétrica disponível para a população; e sobre a política de tarifa social praticada pela empresa; e solicitam as seguintes providências: a imediata expansão do sistema de distribuição de energia para atender à população das vilas da Região Metropolitana de Belo Horizonte que não possuem rede de energia elétrica, com acesso à tarifa social; a elaboração de um cronograma de manutenção da rede elétrica do Estado, tendo em vista a condição de abandono constatada em parte da rede; e o aumento do quadro de pessoal efetivo da empresa, que atualmente é insuficiente para atender à demanda da população mineira; Rogério Correia em que pleiteia sejam solicitadas à Cemig as seguintes informações: o cronograma e a planilha de implementação do programa Eficiência Energética; o custo, salários percebidos, Municípios incluídos, quem foi contratado, quem é o coordenador do programa e se este é funcionário do quadro da Cemig; e cópia dos acordos judiciais firmados pela empresa nos últimos dois anos; solicita ainda seja realizada uma audiência pública para discutir estes documentos; ao Ministério Público solicita uma análise do programa de Eficiência Energética da Cemig, no que tange à sua licitação e implementação, a fim de detectar se há uso político eleitoral no programa; à Gasmig esclarecimentos sobre a indicação do Sr. João Bosco Papaléo Paes para o cargo de conselheiro da empresa, já que ele reside no Estado do Amapá, e informação sobre o valor dos honorários que vai perceber; e Pompílio Canavez que solicita seja encaminhado ofício à Cemig para que preste as seguintes informações: quantos cortes de energia por falta de pagamento são realizados, em média, no Estado por mês; qual é o perfil econômico predominante das famílias que se encaixam nessa situação; em quais regiões do Estado o corte por falta de pagamento é mais frequente; e quanto tempo as famílias demoram para regularizar a sua situação e ter a energia religada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece aos convidados e demais participantes pela presença e pelas informações prestadas, agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2011.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Tiago Ulisses - Gustavo Corrêa - Duarte Bechir.

## **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/6/2011**

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Gilberto Abramo (substituindo o Deputado Ulysses Gomes, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Adelson Buitrago, Vereador à Câmara Municipal de Itamonte; Eduardo Antônio Codo dos Santos, Subsecretário do Tesouro Estadual e Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional da CEF (15) (4/6/2011); Rômulo Martins de Freitas, Gerente Regional da CEF (2) e Antônio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo do FNDE (9/6/2011). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 355 e 963/2011 (Deputado João Vítor Xavier); 530/2011 (Deputado Romel Anízio); 817/2011 (Deputado Ulisses Gomes); 996/2011 (Deputado Doutor Viana) e 1.065/2011 (Deputado Zé Maia), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer que conclui pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 4/2011, no 1º turno, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, do Deputado Rogério Correia. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo a proposta de emenda. Submetida a votação, é rejeitada a Proposta de Emenda nº 1, registrando-se o voto contrário do Deputado Antônio Júlio. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 369/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte (relator: Deputado Antônio Júlio); 817/2011 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde (relator: Deputado Gustavo Perrella, em virtude de redistribuição); 963/2011 (relator: Deputado João Vítor Xavier) e 1.111/2011 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado João Vítor Xavier); 996/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (relator: Deputado Doutor Viana) e 1.065/2011 na



forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Romel Anízio, em virtude de redistribuição). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Antônio Júlio, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 89/2011 na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Romel Anízio. O Presidente determina a distribuição em avulso do parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 717/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Subemendas nºs 1 às Emendas nºs 1 e 2, as Emendas nºs 3 e 4, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, e com as Emendas nºs 5 a 7. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2011.

Zé Maia, Presidente - Ulysses Gomes - Rômulo Viegas - Duarte Bechir - Dalmo Ribeiro Silva.

### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/6/2011**

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elismar Prado e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Paulo Lamac. O Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a importância da valorização da cultura junina no Estado. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Vereador Bruno Miranda, Câmara Municipal de Belo Horizonte; Arthur Vianna, Diretor de Marketing da Belotur, representando o Sr. Antonio Fernando Terra Rios da Silveira, Presidente; Sebastião Geraldo Breguez, Secretário Executivo da Comissão Mineira de Folclore, representando o Sr. Carlos Felipe Melo Horta, Presidente; Marcelo Borges, Presidente da União Junina Mineira; e Richiesther Paaltiel, Presidente da Federação de Quadrilhas Juninas de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Paulo Lamac, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2011.

Elismar Prado, Presidente - Luzia Ferreira - Tenente Lúcio - Fabiano Tolentino.

### **ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/6/2011**

Às 15h10min, comparece na Igreja Assembleia de Deus da Comunidade Nascente Imperial o Deputado Carlin Moura, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a implantação de sistema de iluminação, abastecimento de água e coleta de esgoto na Comunidade Nascente Imperial e comunica o recebimento de correspondência da Sra. Marília Campos, Prefeita de Contagem, justificando sua ausência no evento. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Edwaldo Marcos Novais, Administrador Regional, representando a Sra. Marília Aparecida Campos, Prefeita Municipal de Contagem; Irineu Inácio da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Contagem; Vereador Rogério Braz de Almeida, da Câmara Municipal de Contagem; Inésio de Lima e Souza, Agente Comercial da Cemig, representando o Sr. Djalma Bastos de Moraes, Diretor-Presidente da Cemig; Ronaldo Pereira da Costa, engenheiro do Setor de Estudos Técnicos da Copasa - MG, representando o Sr. Marcelo Godinho Fernandes, Gerente do Distrito de Contagem - Copasa - MG; Sílvio Márcio dos Santos, Presidente da Associação Nascente Imperial; Márcio de Oliveira Junior, representante da Comunidade Nascente Imperial; que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2011.

André Quintão, Presidente - Maria Tereza Lara - Duarte Bechir.

### **ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/6/2011**

Às 9h13min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado (substituindo o Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BPS) e os Deputados Durval Ângelo, Paulo Lamac e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a violação de direitos humanos dos moradores das comunidades Vila da Paz, Vila São José e Vila da Luz, todas localizadas no entorno do Anel Rodoviário nesta Capital, e que se encontram em risco iminente de remoção, em virtude de obras na rodovia. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Giêdra



Cristina Pinto Moreira, Defensora Pública da União; Vereadora Neusinha Santos, Câmara Municipal de Belo Horizonte e os Srs. Rogério Veiga Aranha, Superintendente do Ministério do Orçamento e Gestão - Secretaria do Patrimônio da União em Minas Gerais; Murilo de Campos Valadares, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte, representando Claudius Vinicius Leite Pereira, Diretor-Presidente da Urbel; Marcelo Ribeiro Nicolielo, Defensor Público de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais, representando Gustavo Corgosinho, Defensor Público; Adriano Ventura, Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte; Padre Pier Luigi Bernareggi, da Pastoral Metropolitana dos Sem-Casas da Arquidiocese de Belo Horizonte; Robson Carlindo Santana Paes Loures, Analista de Infraestrutura do Ministério dos Transportes, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (4) em que solicita seja realizada reunião para receber informações e denúncias sobre a possível venda de "habeas corpus" no processo do goleiro Bruno; seja encaminhada manifestação de repúdio ao jornal "Estado de Minas" pela matéria publicada em sua edição de 13/6/2011, intitulada "4.200 pedras no caminho da Copa - retirada de imóveis para obras viárias é desafio para a Prefeitura de BH"; sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 31ª Reunião Extraordinária da Comissão à Defensoria Pública da União em Minas Gerais, à Defensoria Pública de Minas Gerais, ao Ministério Público Federal em Minas Gerais, ao Ministério Público de Minas Gerais, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Superintendência Regional de Minas Gerais, ao Ministério dos Transportes, ao Ministério das Cidades, à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Belo Horizonte, à Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - Urbel - e à Secretaria Nacional de Habitação; sejam encaminhadas aos Juizes da 16ª Vara Federal - MG (na qual tramita o Processo nº 2008.38.00.011763-9); da 18ª Vara Federal - MG (na qual tramita o Processo nº 2010.38.00.006424-5); e da 19ª Vara Federal - MG (na qual tramita o Processo nº 28871-72.2010.4.01.3800), as notas taquigráficas da reunião; Durval Ângelo e Délio Malheiros em que solicitam seja encaminhado ao Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF -, pedido de informações sobre a listagem das indenizações referentes à criação do Parque Estadual da Serra Negra, especificando-se as que já foram efetuadas, o cronograma para o efetivo pagamento das indenizações restantes e se há alguma documentação pendente; Paulo Lamac em que solicita seja realizado debate público para discutir possível violação de direitos individuais e coletivos dos cidadãos de Belo Horizonte e Região Metropolitana, em razão das obras para a Copa do Mundo de 2014. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2011.

Durval Ângelo, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Duarte Bechir.

## **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/6/2011**

Às 11h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses, Duarte Bechir (substituindo o Deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da Liderança do BPS) e Gustavo Corrêa (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 419/2011 na forma do Substitutivo nº 1, que solicita seja encaminhado pedido de providências à Cemig para a realização de avaliação técnica sobre as condições operacionais e de segurança da rede de energia do Bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte, e das ações necessárias para sanar os possíveis problemas identificados (relator: Deputado Tiago Ulisses), 855 e 883/2011; e rejeitados, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 327 e 932/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a proposta de emenda à Constituição que altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 1990, que "define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28/12/1989, e dá outras providências", e rejeitados os requerimentos dos Deputados Rogério Correia e Pompílio Canavez em que solicitam seja encaminhado à Cemig pedido das seguintes providências: a imediata expansão do sistema de distribuição de energia para atender à população das vilas da Região Metropolitana de Belo Horizonte que não possuem rede de energia elétrica; a elaboração de um cronograma de manutenção da rede elétrica do Estado, tendo em vista a condição de abandono constatada em parte da rede; o aumento do quadro de pessoal efetivo da empresa, que atualmente é insuficiente para atender à demanda da população mineira; Rogério Correia (4) em que pleiteia sejam solicitados à Cemig o cronograma e a planilha de implementação do Programa Eficiência Energética; informações sobre o custo, salários percebidos, Municípios incluídos, quem foi contratado, quem é o coordenador do programa e se este é funcionário do quadro da Cemig; e cópia dos acordos judiciais firmados pela empresa nos últimos dois anos; solicita ainda seja realizada uma audiência pública para discutir estes documentos; seja solicitado ao Ministério Público uma análise do Programa de Eficiência Energética no que tange à sua licitação e implementação, a fim de detectar se há uso político eleitoral do programa; sejam solicitados à Gasmig esclarecimentos sobre a indicação do Sr. João Bosco Papaléo Paes para o cargo de conselheiro da empresa, já que ele reside no Estado do Amapá, e informações sobre seus honorários; seja adiada a votação dos seguintes requerimentos: dos Deputados Pompílio Canavez que que solicita seja encaminhado à Cemig pedido das seguintes informações:



quantos cortes de energia por falta de pagamento são realizados, em média, no Estado por mês; qual o perfil econômico predominante das famílias que se encaixam nessa situação; em quais regiões do Estado o corte por falta de pagamento é mais frequente; e quanto tempo as famílias demoram para regularizar a sua situação e ter a energia religada; e Rogério Correia e Pompílio Canavez em que pleiteiam sejam solicitadas informações sobre a política de tarifa social praticada pela empresa. A Presidência recebe, para posterior apreciação, os requerimentos dos Deputados João Leite em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as denúncias de utilização política do Programa Luz para Todos, gerenciado em Minas Gerais por Furnas Centrais Elétricas; e Duarte Bechir em que solicita seja encaminhado ofício à Cemig parabenizando-a pelo pronto atendimento das múltiplas ocorrências de queda de energia ocorridas no Estado, em 9/6/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2011.

Sávio Souza Cruz, Presidente – Tiago Ulisses.



## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/6/2011

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 221/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Fazenda pedido de informações sobre a arrecadação tributária total do Estado, por tributo, no Município de Contagem, bem como os repasses anuais respectivos a esse Município, no período de 2005 a 2010. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 254/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido para que o DER-MG envie cópia dos estudos técnicos que demonstram a viabilidade da instalação de radares fixos e móveis nas rodovias do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 275/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil e ao Comandante-Geral da Polícia Militar pedido de informações sobre os resultados dos inquéritos instaurados para a apuração da morte de Renilson Veriano da Silva e de Jefferson Coelho da Silva, ocorrida em fevereiro de 2011, na Vila Marçola, no Bairro Serra. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 299/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Cemig pedido de informações sobre as quedas de fornecimento de energia elétrica em Coronel Fabriciano, de 2009 a 15/3/2011. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 307/2011, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes e da Juventude pedido de informações sobre os recursos, repasses e aplicações respectivas concernentes ao estatuído na Lei Federal nº 9.615, de 24/3/98, em especial a destinação dos recursos de que trata o art. 6º, recebidos do Ministério do Esporte nos últimos 12 meses, bem como os relatórios e projetos detalhados, que se encontram em vigor, de aplicação de verba. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 312/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o Convênio de Cooperação Financeira nº 5/2011, firmado entre a EMG - Sedese e a Associação Preparatória Cidadãos do Amanhã de Lagoa Santa - Aprecia -, para a implementação e o monitoramento das atividades do Programa Poupança Jovem nos Municípios de Ibitiré, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Sabará, Esmeraldas e Teófilo Otôni, no valor global de R\$1.364.362,04. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 313/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre o Convênio de Cooperação Técnica nº 1/2011, em que figuram como partes o Escritório de Prioridades Estratégicas e a Prodemge, para a cessão da servidora da Prodemge Diully Soares Cândido Gonçalves, no valor de R\$57.948,31. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



Votação do Requerimento nº 340/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de informações que menciona, sobre o ingresso do Delegado Leonardo Moreira Pio na Polícia Civil. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 341/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Subsecretário de Administração Prisional pedido de informações sobre as condições físicas do Sr. Willian Adriano de Castro no momento em que foi recolhido no Presídio Floramar, bem como cópia da documentação referente ao preso, entregue pela Polícia Civil. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

### **2ª Fase (das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 328/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta artigo à Lei nº 14.184, de 31/1/2002. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 717/2011, do Tribunal de Contas, que altera a estrutura de cargos de direção e assessoramento do Tribunal de Contas do Estado de Minas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Subemendas nºs 1, que apresenta, às Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública, e com as Emendas nºs 3 e 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Subemendas nºs 1, da Comissão do Trabalho, às Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 3 e 4, da Comissão do Trabalho, e com as Emendas nºs 5 a 7, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 823/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 21/6/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/6/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 2/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei nºs 1.210/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 25/2011, do Deputado Elismar Prado; 92/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 111, 156, 157, 158 e 166/2011, do Deputado Elismar Prado; 190/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca; 249, 294, 296 e 299/2011, do Deputado Elismar Prado; 323 e 329/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 330/2011, do Deputado Elismar Prado; 346 e 352/2011, do Deputado Fred Costa; 360/2011, do Deputado Paulo Guedes; 371 e 372/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 380/2011, do Deputado Célio Moreira; 383, 391, 392 e 401/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 417/2011, do Deputado Neilando Pimenta e do Deputado Fred Costa; 470, 486 e 497/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 529/2011, do Deputado Neilando Pimenta e do Deputado Fred Costa; 626/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 646/2011, do Deputado Doutor Viana; 654/2011, do Deputado Wander Borges; 694/2011, do Deputado Arlen Santiago; 713/2011, do Deputado Wander Borges; 725/2011, do Deputado Gilberto Abramo; 729/2011, do Deputado João Leite; 749/2011, do Deputado Durval Ângelo; 785/2011, do Deputado João Leite; 840/2011, do Deputado Délio Malheiros; 845/2011, do Deputado Delvito Alves; 859/2011, do Deputado João Leite; 899/2011, do Deputado Delvito Alves; 903/2011, do Deputado Duarte Bechir; 913/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 926/2011, do Deputado João Leite; 941/2011, do Deputado Arlen Santiago; 1.089/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.094 e 1.099/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho; 1.112, 1.219 e 1.228/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.265, 1.267, 1.270, 1.273 e 1.281/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.307/2011, do Deputado Juninho Araújo; 1.347 e 1.350/2011, do Deputado Durval



Ângelo; 1.379/2011, do Deputado Carlos Mosconi; 1.475/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.598/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 1.667/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.691/2011, do Deputado Paulo Guedes; 1.785/2011, do Deputado Inácio Franco; 1.902/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.919/2011, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 395 e 461/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 703/2011, do Deputado Arlen Santiago; 844/2011, do Deputado Délio Malheiros; 1.510 e 1.512/2011, do Deputado Duarte Bechir; 1.514/2011, do Deputado Hely Tarquínio; 1.518/2011, do Deputado Inácio Franco; 1.521, 1.523 e 1.524/2011, do Deputado João Leite; 1.538/2011, do Deputado Tenente Lúcio; 1.541/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.548/2011, do Deputado Arlen Santiago; 1.549/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.555/2011, do Deputado Célio Moreira; 1.564/2011, do Deputado Ivair Nogueira; 1.566 e 1.567/2011, do Deputado João Leite; 1.578 e 1.579/2011, do Deputado Pompílio Canavez; 1.580 e 1.581/2011, do Deputado Rogério Correia; 1.611/2011, da Deputada Maria Tereza Lara; 1.614/2011, do Deputado Neider Moreira; 1.622/2011, do Deputado Sebastião Costa; 1.623/2011, do Deputado Tiago Ulisses; 1.627, 1.628 e 1.629/2011, do Deputado Rogério Correia; 1.645/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.652/2011, da Deputada Luzia Ferreira; 1.668/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.670/2011, do Deputado Cássio Soares; 1.673/2011, do Deputado Délio Malheiros; 1.675 e 1.676/2011, do Deputado Doutor Viana; 1.677 e 1.679/2011, do Deputado Duarte Bechir; 1.682 e 1.683/2011, do Deputado Fabiano Tolentino; 1.701 e 1.703/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.706/2011, do Deputado Arlen Santiago; 1.707, 1.708 e 1.709/2011, do Deputado Célio Moreira; 1.712/2011, do Deputado Dilzon Melo; 1.722/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 1.748/2011, do Deputado Duílio de Castro; 1.756/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.777/2011, do Deputado Duarte Bechir; 1.887/2011, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/6/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 444/2011, do Deputado Célio Moreira.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 897/2011, do Deputado Délio Malheiros; 1.024/2011 e 1.119/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 922/2011, do Deputado Délio Malheiros; 949 e 950/2011, do Deputado Elismar Prado; 951/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/6/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Finalidade: debater o possível impacto ambiental causado pela captação deficiente de esgoto, bem como a disposição inadequada de resíduos no Município de Nova Lima, o que poderá contaminar os mananciais de captação de água da Copasa situados nas reservas ecológicas de Fechos e Mutuca, localizadas na Serra da Moeda.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 21/6/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 931/2011, do Deputado Bruno Siqueira; 943/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 992/2011, do Deputado Fabiano Tolentino e do Deputado Luiz Henrique; e 995/2011, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



**ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS  
14H30MIN DO DIA 21/6/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 5.092/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 926/2011, do Deputado Inácio Franco; e 939/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE,  
COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª  
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 21/6/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.309/2011, do Deputado Juninho Araújo.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.069/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 914/2011, do Deputado Gustavo Corrêa.

Requerimentos nºs 874/2011, do Deputado Duarte Bechir; 909 e 910/2011, do Deputado Carlin Moura; 921/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 929 e 930/2011, da Deputada Rosângela Reis; 940 e 941/2011, do Deputado Carlin Moura; 947/2011, do Deputado Duílio de Castro; 991/2011, do Deputado Fabiano Tolentino; 993/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 994/2011, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E  
JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE  
ÀS 15 HORAS DO DIA 21/6/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.211/2011, do Deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.384/2011, do Deputado Carlos Mosconi; 1.398/2011, do Deputado André Quintão; 1.448/2011, do Deputado Hely Tarquínio; 1.499/2011, do Deputado Carlin Moura. Requerimentos nºs 803/2011, do Deputado Marques Abreu; 804/2011, do Deputado Marques Abreu.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª  
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO  
DIA 22/6/2011**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 21/6/2011, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos: Requerimentos nºs 221/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Fazenda pedido de informações sobre a arrecadação tributária total do Estado, por tributo, no Município de Contagem, bem como os repasses anuais respectivos a esse Município, no período de 2005 a 2010, 254/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido para que o DER-MG envie cópia dos estudos técnicos que demonstram a viabilidade da instalação de radares fixos e móveis nas rodovias do Estado, 275/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil e ao Comandante-Geral da PMMG pedido de informações sobre os resultados dos inquéritos instaurados para a apuração da morte de Renilson Veriano da Silva e de Jefferson Coelho da Silva, ocorrida em fevereiro de 2011, na Vila Marçola, no Bairro Serra, 299/2011, do Deputado Celinho do Sintrocet, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Cemig pedido de informações sobre as quedas de fornecimento de energia elétrica em Coronel Fabriciano, de 2009 a 15/3/2011, 307/2011, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes e da Juventude pedido de informações sobre os recursos, repasses e aplicações respectivas concernentes ao estatuído na Lei Federal nº 9.615, de 24/3/98, em especial a destinação dos recursos de que trata o art. 6º, recebidos do Ministério do Esporte nos últimos doze meses, bem como os relatórios e projetos detalhados, que se encontram em vigor, de aplicação de verba, 312/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o Convênio de Cooperação Financeira nº 5/2011, firmado entre a EMG - Sedese e a Associação Preparatória Cidadãos do Amanhã de Lagoa Santa - Aprescia -, para a implementação e o monitoramento das atividades do Programa Poupança Jovem nos Municípios de Ibirité, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Sabará, Esmeraldas e Teófilo Otôni, no valor global de R\$1.364.362,04, 313/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre o Convênio de Cooperação Técnica nº 1/2011, em que figuram como partes o Escritório de Prioridades Estratégicas e a Prodemge, para a cessão da servidora da Prodemge Diully Soares Cândido Gonçalves, no valor de R\$57.948,31, 340/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de informações que menciona, sobre o ingresso do Delegado Leonardo Moreira Pio na Polícia Civil, e 341/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Subsecretário de Administração Prisional pedido de informações sobre as condições físicas do Sr. Willian Adriano de Castro no momento em que foi recolhido no Presídio Floramar, bem como cópia da documentação referente ao preso, entregue pela Polícia Civil; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 328/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta artigo à Lei nº 14.184, de 31/1/de 2002, 717/2011, do Tribunal de Contas, que altera a estrutura de cargos de direção e assessoramento do Tribunal de Contas do Estado de Minas e dá outras providências, e 823/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itueta o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 20 de junho de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Cláudia Lúcia Leal Werneck para o Cargo de Diretora-Geral do IGA**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Rômulo Viegas, Délio Malheiros, Gustavo Perrella e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/6/2011, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública da indicada, de discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 25/2011, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2011.

Sebastião Costa, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas, Ulysses Gomes e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/6/2011, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a presença de convidados, com a finalidade de debater o futuro da Usiminas no Estado de Minas Gerais e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Rúbio de Andrade para Diretor-Geral do Idene

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados André Quintão, Duarte Bechir e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/6/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder a arguição pública, discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 26/2011, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2011.

Luiz Henrique, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Conjunta das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Esporte, Lazer e Juventude

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas, Ulysses Gomes e Vanderlei Miranda, membros da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, e os Deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite, Adelmo Carneiro Leão, Fabiano Tolentino e Gustavo Perrella, membros da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, para a reunião a ser realizada em 27/6/2011, às 14 horas, na Câmara Municipal de Montes Claros, com a presença de convidados, com a finalidade de debater assuntos relativos à Copa do Mundo de 2014 e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 14/6/2011

O Deputado Luiz Carlos Miranda - Boa tarde, Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, companheiros funcionários da Assembleia, imprensa e TV Assembleia. Sou oriundo do movimento sindical e nele estou há aproximadamente 25 anos. Tenho formação 100% social. Recentemente, no dia 1º de maio, houve várias manifestações em todo o Brasil pela melhoria das condições de trabalho e das condições de vida das famílias dos trabalhadores. O mês de maio é interessante, não só por ser o mês do trabalhador e de Maria, mas também por ser o período em que começam, por todo o Brasil, as campanhas salariais da iniciativa privada e do setor público. É um momento em que se realizam vários debates, várias discussões. Durante esse período, o movimento sindical e os movimentos sociais entram em efervescência, porque, infelizmente, neste país os trabalhadores são muitos explorados.

O Estado e a iniciativa privada em geral têm uma dívida muito grande com os trabalhadores brasileiros. Chegamos ao absurdo de ver cidadãos da segurança pública, de máxima necessidade para o País, serem presos porque lutavam para melhorar os seus salários. Cidadãos que deveriam ser a prioridade número um, já que se ocupam de salvar vidas, como os Bombeiros do Rio de Janeiro, foram presos porque estavam lutando para melhorar o salário de R\$900,00.

Isso nos chama a atenção. Já fiz muitas greves, muitos atos públicos e manifestações com um único objetivo, que não é político, mas social: fazer com que as pessoas saiam da linha da miséria, da pobreza e da dificuldade e tenham uma vida melhor. Em Minas Gerais, no último dia 8, houve manifestação das forças de segurança: Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros. Vimos que, quando as coisas são tratadas com respeito e responsabilidade - e se existem lideranças que têm esse tipo de responsabilidade -, o discurso raivoso não é válido. Existem muitos radicais de gogó; porém, na prática, a situação é outra.

Quero, nesta oportunidade, cumprimentar o nosso líder e colega, Deputado Sargento Rodrigues, que conduziu esse processo, para o qual muitos desejavam um destino pior. Cumprimento-o também pela condução da última assembleia, que levou o corpo de segurança de Minas Gerais a fazer um acordo conforme nossa real situação.

Sabemos que o Deputado Sargento Rodrigues soube fazer isso com muita capacidade e inteligência, mas às vezes não somos compreendidos. De quantas e quantas assembleias sai vaiado! Isso faz parte da democracia, mas, acima de tudo, tem de ser preservada a integridade das pessoas, a respeitabilidade e a competência para assumir compromisso, como fez o nosso Líder, Deputado Sargento Rodrigues, no último dia 8.

Fico imaginando que há muitas pessoas, às vezes colegas nossos, que não compreendem as necessidades dos trabalhadores. Em Minas Gerais fico muito feliz de ser Deputado tendo à frente do governo estadual uma pessoa que conheci fora da política. Sou oriundo de empresa estatal. Em 1986, o Prof. Anastasia era funcionário do Ministério do Trabalho. Quantas vezes recorriamos ao Ministério do Trabalho e éramos socorridos pelo Anastasia, hoje Governador, e pela Ministra Dorothea, na época colega de Ministério. Cito a competência e a sabedoria desse moço, que certamente não é culpado da dívida que o Estado tem para com a sociedade brasileira. Se soubermos compreendê-lo e ajudá-lo, certamente teremos um destino melhor, mesmo que não seja dentro destes três, quatro anos. Mas haverá propostas, programas e projetos para a recuperação da tão almejada classe mineira, que é tão sofrida e explorada, caso dos professores, da Polícia Civil, da Polícia Militar.

Chamo a atenção desta Casa para compreendermos este momento, dizendo, com todas as letras, que este é um momento importante e fundamental para o desenvolvimento político e social do Estado de Minas Gerais.

Não chamo o Prof. Anastasia de Governador porque o conheço bem e sei da sua sensibilidade política e do seu comprometimento. Conversei com ele a respeito do salário mínimo estadual, e ele está aberto ao debate. Isso não depende dele, mas dos empresários; mas ele quer debater e discutir. Na última semana falamos sobre os salários dos professores, e ele está aberto, quer debater e quer discutir. Tenho certeza de que ele não terá a solução definitiva para esses problemas, mas o teremos no futuro, com propostas que sinalizam para um processo de recuperação da dignidade dos trabalhadores mineiros.

Na última semana, recebi um panfleto dos servidores desta Casa na entrada da Assembleia. Servidores competentes, comprometidos, que apresentam também uma defasagem salarial. Não tenho dúvida de que a Mesa dará uma atenção muito especial a isso, porque o trabalhador tem de ser respeitado e tratado com carinho. As ações nossas, do parlamentar, do Governador e outras iniciativas do País ou do Estado se devem principalmente aos empregados e aos trabalhadores. É por isso que gostaria de chamar a atenção desta Casa. Sou representante dos trabalhadores e, com orgulho, da base do Governador Anastasia; o conheço bem e sei do seu comprometimento, da sua humildade, do seu empenho e da sua competência. Em momento algum, esta Casa e eu negaremos esforço, solidariedade e apoio à classe trabalhadora de Minas Gerais.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* - Primeiramente gostaria de agradecer a V. Exa. pelas palavras. Como Líder do PDT nesta Casa, tenho enorme satisfação, como já explicitiei na tribuna em outra ocasião, com a chegada de V. Exa., que tem a nossa cara, a cara do trabalhismo do PDT. Portanto, incorpora o nosso espírito, o espírito de base, o espírito do trabalhador e da luta sindical.

Portanto V. Exa. incorpora o nosso espírito, um espírito de base, do trabalhador e da luta sindical. Registro, assim, primeiramente, o perfil de V. Exa., que engrandeceu o PDT aqui em Minas Gerais.

Por outro lado, cumprimento-o também pelas palavras lúcidas e coerentes. V. Exa. mesmo disse que, nas várias assembleias de que participou no sindicato de metalúrgicos, especialmente na região de Ipatinga, não foram compreendidos em função de determinado acordo. Nessa última assembleia, tínhamos cerca de 15 mil policiais e Bombeiros militares. Esta minha voz é ainda rouca, em consequência daquele movimento. Uma minoria não nos compreendeu. Entendeu que deveríamos radicalizar o movimento. Essa foi a sexta negociação de que participei com o governo do Estado em prol da segurança pública. Conseguimos, Deputado Luiz Carlos Miranda, um reajuste parcelado em 10, 12, 10, 15, 12 e 15 por cento, totalizando 101% de reajuste. Portanto, nos próximos quatro anos, o piso salarial do investigador de polícia, do Soldado, do Bombeiro e da PMMG vai sair do vencimento de R\$2.041,00 para R\$4.098,00. Não estamos acrescentando o tempo de serviço, traduzido em quinquênios, e as demais gratificações da categoria.

Entendo que o parcelamento não foi da forma como queríamos, nem da minha nem da dos demais líderes que lá se encontravam, mas, no cômputo e no balanço geral, foi extremamente positivo, principalmente se compararmos o que conseguimos com o que o Governador Sérgio Cabral concedeu - fato muito bem lembrado por V. Exa. -, de forma mesquinha e covarde, primeiro determinou a prisão dos nossos irmãos Bombeiros e agora anuncia um reajuste da ordem de 5,58% em uma parcela; se compararmos o que foi dado às professoras aqui no Município de Betim, um reajuste da ordem de 2%; e se compararmos aos 8% que os metroviários de São Paulo vão receber, encerrando sua greve dia 13 de junho.

Portanto, quero registrar os agradecimentos e dizer que estamos com o espírito renovado. Entendo a crítica, pois faz parte do jogo democrático, mas entendemos que a negociação ocorreu de forma séria, com serenidade, com equilíbrio, e, acima de tudo, preservando muitos companheiros que, pseudolideranças, eu diria, fora de sintonia com aquilo que era proposto pelo movimento, queriam radicalizar e levar alguns companheiros para a guilhotina, como aconteceu no Rio de Janeiro. Assim, agradeço a V. Exa. Deixo claro que estamos firmes na luta. Continuamos firmes buscando o que é melhor para os trabalhadores da segurança pública. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Carlos Miranda - Obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. Quero dizer que o movimento sindical e a vida dos trabalhadores é feita com dificuldade, com sofrimento. Fez-se o acordo. Se a economia crescer mais do que o acordo, temos de voltar para a luta, voltar a discutir, a avançar mais. É assim que se constrói uma sociedade moderna, decente, respeitada, com inclusão social dos trabalhadores brasileiros.

A Deputada Liza Prado (em aparte)\* - Deputado Luiz Carlos Miranda, agradeço o aparte. Cumprimento-o pela luta em defesa do nosso povo. V. Exa. é um sindicalista respeitado, tem lutado por todas as categorias trabalhistas de uma forma contundente e permanente. Parabéns pelo seu pronunciamento.

Quero, juntamente a V. Exa., solidarizar-me com o Corpo de Bombeiros, com todos os membros da força de segurança do nosso Estado e do País. São bravos guerreiros que defendem o nosso povo, que, na sua maioria, têm orgulhado a nossa Nação. Merecem, portanto, condições de trabalho. Isso vale para as nossas professoras e nossos professores, que sempre vão ter desta Deputada, assim como de V. Exa., o apoio necessário por melhores condições de trabalho.

Sugiro discutirmos, Deputado, essa nova relação de trabalho. A tecnologia tem sido utilizada de uma forma que faz com que o trabalhador nem perceba que está trabalhando ainda mais, tirando-lhe o tempo. Ele ganha um aparelho de celular com acesso a internet ou um "notebook" e está hoje vivendo uma nova realidade. É preciso debater.

Sugiro que o senhor seja parceiro juntamente com esta Deputada, para que discutamos, na comissão específica, essa nova relação de trabalho. Trabalhadores que não têm tempo para seu descanso e que usam sua mão de obra em seu tempo de lazer, ainda assim parece que têm status, pois, com um aparelho ou "notebook", consideram-se importantes trabalhadores. Precisamos nos aprofundar nessa inversão e nessa relação de trabalho. Parabéns pelo seu trabalho e pela luta por melhores condições de trabalho e maior qualidade para nossos policiais. Como bem defendemos, o policial civil trabalha de forma arcaica e não tem a tecnologia necessária. Fica aqui a nossa solidariedade aos Delegados, ao Corpo de Bombeiros, à Força de Segurança e aos policiais civis e militares. De forma que, nesta Casa, haja sempre a palavra, a força e a voz para melhorar suas condições de trabalho. Essas categorias não conseguiram o ideal, mas o que conseguiram foi fruto de muita luta. Sabemos que não é o bastante, mas realmente a luta continua.



O Deputado Luiz Henrique (em aparte)\* - Deputado Luiz Carlos Miranda, hoje utilizo este espaço para parabenizar V. Exa. pela fala e, principalmente, pela criação da bancada do Vale do Rio Doce e do Vale do Aço. Parabéns. Gostaria de desejar ainda boa sorte à bancada, pois tenho certeza de que, como Líder da bancada, levará muitas coisas àquela região. Deputado Luiz Carlos Miranda, parabéns pelo trabalho que vem desenvolvendo.

O Deputado Luiz Carlos Miranda - Muito obrigado. Sr. Presidente, para encerrar, mais uma vez agradeço o Deputado Sargento Rodrigues pelo trabalho. A Deputada Liza pode ter a certeza de que estaremos juntos nesta Casa travando uma batalha democrática, limpa e transparente para melhorar a vida das pessoas que prestam serviço a esta Nação, que têm comprometimento, saem de casa cedo, deixam filhos e mulher em casa e não sabem se voltarão empregados ou desempregados. Os trabalhadores mineiros podem ter certeza de que, nesta Casa - sou da base do Governador e sempre irei interferir -, representarei a classe trabalhadora de Minas Gerais. Com todo orgulho, muita força, muita coragem e muita determinação, lutarei para fazer uma Minas Gerais melhor para todos os mineiros. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quando cheguei a esta Casa, investido da honrosa delegação que me conferiu o povo mineiro, especialmente da Região Sul e da Oeste, trouxe comigo a consciência do dever maior de zelar pela grandeza deste Parlamento, evocando sempre as tradições libertárias dos Inconfidentes e o ideal visionário de Tiradentes, que inspira as ações do Partido da Mobilização Nacional, o nosso PMN.

Nessa condição, tenho sempre buscado enfatizar que o nosso dever é fazer política, mas fazer política em Minas é, acima de tudo, praticar e defender a liberdade, é honrar nosso mandato, sustentar nosso trabalho, dignificar a memória do nosso tempo.

Mas infelizmente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nesses primeiros meses que marcam o início desta legislatura, tenho observado que essa compreensão, por parte de poucos, quero dizer poucos, parlamentares que militam na Oposição nesta Casa, tem sido relegada a um plano secundário, senão mesmo ignorada em detrimento da elevada noção de respeito e da boa convivência que distingue a alma mineira.

Por conta disso, senti-me no dever de vir a esta tribuna, na tarde de hoje, fazer uma reflexão que, longe de pretender esgotar a matéria, tem o propósito de convocar a todos para uma avaliação sincera e responsável sobre o papel deste Parlamento.

Antes de tudo, devo ressaltar que não tememos o confronto das opiniões, pois temos a consciência de que ele é da essência do Parlamento. Muito menos nos imaginamos detentores da verdade, pois, na verdade, somos todos falíveis.

Quero, porém, reafirmar a convicção de que nós, que militamos na ampla base de sustentação do Governo Anastasia nesta Casa, representamos, por menos que se queira, o pensamento atual do povo mineiro quando elegeu o nosso Governador com mais de 70% dos votos de todos os mineiros.

Nesse particular, parece contraditória a consideração recentemente feita neste Plenário a respeito da existência de uma base de sustentação de um ex-governo, pois seria também o caso de se admitir a existência de uma Oposição ao ex-governo, uma vez que são reiterados os ataques dirigidos ao nosso Senador Aécio Neves, consagrado Senador da República pela maioria expressiva e esmagadora do povo de Minas Gerais. Nessa ótica, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a Oposição nesta Casa já o elegeu como alvo predileto de seus ataques despropositados, enxergando no nosso Senador Aécio Neves o potencial candidato à Presidência da República em 2014 que, portanto, deve, desde logo, ser fulminado para que não possa chegar à tão sonhada e almejada posição de Presidente da República. Nesse sentido, peço-lhes licença para trazer às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados trechos do importante pronunciamento que o Senador Aécio Neves fez no Congresso Nacional, demarcando sua posição e indicando o caminho ideal para o Brasil consolidar os avanços conquistados nos últimos 25 anos.

Senhoras e senhores, peço-lhes atenção, pois há um trecho muito importante, em que o Senador diz o seguinte: “Os que ainda não me conhecem bem e esperam encontrar em mim ataques pessoais no exercício da Oposição vão se decepcionar. Os que não me conhecem bem e acham que encontrarão em mim tolerância diante dos erros praticados pelo governo também vão se decepcionar”. Ainda quero relatar para boa parte desta Casa o que diz o Senador: “Não confundo adversário com inimigo. Não confundo o direito à defesa e ao contraditório com complacência ou compadrio. (...) Farei a política que sempre fiz”, enaltece o Senador, “aquela que entende que, neste campo da política, brigam as ideias e não os homens”.

E continua S. Exa. formulando uma indagação que responde logo a seguir, ao fazer uma síntese dos principais fatos que construíram a história recente do Brasil e o papel de uns e de outros nesse capítulo: “Ao contrário do que alguns nos querem fazer crer, o País não nasceu ontem. Ele é oriundo de erros e acertos de várias gerações de brasileiros, de diferentes governos e líderes e também de diversas circunstâncias históricas e econômicas”.

E aí vem a constatação, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Em 1985, enquanto o Brasil conquistava com Tancredo Neves o fim da ditadura, os que agora se colocam contra a liderança de Aécio não estavam ao lado do povo. Na consolidação da nova ordem democrática, mais uma vez ficaram contra o povo. Quando a história os convocou para colaborar no governo do Presidente Itamar Franco, mais uma vez recusaram, Deputado Delvito Alves. Na implantação do Plano Real, que redesenhou o nosso destino como nação, mais uma vez ficaram contra, Deputado Juninho Araújo. Chamaram de esmola, Deputado Rômulo Viegas, programas de transferência de renda como Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás. Pois bem, Deputado Rômulo Viegas, esses programas serviram para a implantação do Bolsa Família, cuja autoria querem atribuir exclusivamente ao governo deles. E também ficaram contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, que delimitou os gastos no serviço público e os exageros nas administrações e pôs ordem na gastança no Brasil. Então recorreram ao Supremo para que essa lei não vigorasse em território brasileiro. Além disso, senhoras e senhores, ficaram contra o Proer, a democratização da telefonia, entre outras mudanças estruturais que definiram a nova face contemporânea do País.

Aliás, o tão combatido Proer serviu exatamente para fortalecer a nossa economia no enfrentamento da crise internacional em 2009. Pergunto: estariam esses ataques, então, a revelar temor de um enfrentamento futuro, Deputado Wilson? Certamente a resposta virá com o tempo. O que não se pode agora é ignorar que a obra administrativa concebida a partir de 2003 pelo então Governador Aécio



Neves está sendo vigorosamente aperfeiçoada pelo seu sucessor, o Governador Antonio Anastasia, para o bem e a felicidade de todos os mineiros.

Percebemos, porém, um movimento que requer avaliação: pelo simples fato de o governo Anastasia ter aqui ampla base de sustentação, parece até que o maior empenho de alguns da Oposição - eu disse de alguns da Oposição - é expor esta Casa aos olhos da opinião pública como uma Casa destituída de autenticidade. Este é o propósito de alguns mandatários que trabalham nesta Casa, se é que pode ser chamado de trabalho. Tenho uma afirmação: se de fato esse é o deliberado propósito de parte da Oposição, não podemos atribuir-lhe outra prática que não a da má-fé, que só sabe arguir deficiências e privilegiar falhas. É o que fazem diuturnamente nesta Casa.

Tal situação agrava-se sobremaneira quando aliada a essa postura autofágica de uma parcela minoritária da Oposição, que no momento se presta tão somente a buscar a desconstrução de uma figura política que o povo mineiro já consagrou: nosso Senador Aécio Neves.

Sofremos, de outro lado, questionamentos que nem sempre retratam com fidelidade as ações desta Casa em favor da coletividade. Se esta Casa não delibera, é alvo de crítica; se vota, as matérias são consideradas inexpressivas. Se o parlamentar não apresenta projetos, é omissivo e não cumpre seu papel; se apresenta, também é criticado, pois, no crivo dos censores, a matéria não produz resultados. Mas são esses mesmos que, periodicamente, fazem questão de destacar a lista daqueles parlamentares com maior número de proposições, editando um "ranking" que, seguramente, induz à corrida pela quantidade em detrimento da qualidade, ao passo que poderiam, sim, contribuir para incentivar o debate sobre as limitações que engessam o atual momento do Legislativo no nosso país.

Mas, ainda que tolhida em suas prerrogativas, por conta de um ordenamento jurídico-constitucional que concentrou todas as competências na União, esta Casa jamais esteve alheia às soluções mais profundas exigidas pelo povo mineiro e, no desempenho desse encargo, tem buscado, com muito esforço, construir canais eficientes de democracia participativa.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado Duarte Bechir. V. Exa. honra de maneira expressiva o mandato nesta Casa e está concluindo um pronunciamento de extrema importância. Primeiro, V. Exa. faz uma defesa importante das nossas ações no Parlamento mineiro. Evidentemente que a mídia tem de conhecer melhor nossas atribuições nesta Casa, no que diz respeito a participação nas comissões, nas propostas de emendas à Constituição, no Plenário, nas audiências públicas, na visita a nossas bases.

Mas, acima de tudo, o pronunciamento de V. Exa., relatando parte do discurso do mais querido, estimado e grande líder Senador Aécio Neves, vem realmente ao encontro de todo o histórico da vida desse Senador, político de grande envergadura, que, ao longo de sua história, nunca, em momento nenhum, levou a sua ação política para as questões pessoais. Percebemos na Casa alguns Deputados, como V. Exa. bem apresentou, que, além de fazer críticas administrativas, procuram levá-la para o âmbito do cenário pessoal. Isso é de lamentar. Em momento nenhum nós aqui procuramos falar das questões pessoais do governo federal, mesmo porque, como homens públicos que todos somos, sabemos dessa movimentação. Para se penalizar alguém, creio, há de se aguardar o julgamento de uma corte de Juízes.

Recentemente assistimos aqui a um enorme estardalhaço da Oposição ao questionar o governo do Estado sobre o aluguel do imóvel do Ipsemg na Praça da Liberdade. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, nós, da Situação, temos de dizer que o Tribunal de Contas do Estado não apontou nenhuma irregularidade. A Oposição pode recorrer em quantas instâncias quiser, mas vamos sempre dar desfecho às situações. Portanto, a vocês que nos assistem, informamos que o Tribunal de Contas não encontrou nenhuma irregularidade no edital, na proposta do governo de Minas com relação à cessão do imóvel do Ipsemg. Por outro lado, o ex-Governador Aécio Neves, muito atento às preocupações e aos problemas de Minas, está cada vez mais se destacando no Senado. E V. Exa., ao resgatar esse histórico discurso, promove os homens de bem. Espero que V. Exa. continue sempre defendendo a boa prática da política. Muito obrigado.

O Deputado Delvito Alves (em aparte)\* - Quero parabenizá-lo e dizer da importância do seu pronunciamento nesta tarde, na Assembleia de Minas. Ele é oportuno e inteligente. É isso que os mineiros querem ouvir. Acredito que a Assembleia passa por um difícil momento, mas os Deputados da base estão aqui exatamente para trazer maior clareza à população mineira. Nós, Deputados do interior, que andamos sempre por todo o interior do Estado de Minas Gerais, sobretudo da nossa região Noroeste, presenciamos e vimos as constantes queixas da população mineira. Ela não quer assistir ao espetáculo que ocorreu aqui nesses quatro meses. O povo mineiro quer assistir ao espetáculo do crescimento e do desenvolvimento do Estado. É essa a mensagem que V. Exa. traz aqui. Acredito que, a partir de hoje, os Deputados que estão ouvindo o seu pronunciamento irão refletir de forma diferente, porque queremos uma Minas diferente. Queremos uma Minas com progresso, com desenvolvimento, com propostas avançadas iguais as que tem o Governador de Minas para todos os mineiros. Lamentavelmente o nosso tempo está esgotado. Parabéns!

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)\* - Quero apenas parabenizá-lo pelo pronunciamento e pela lembrança desse belo discurso do nosso Senador Aécio Neves. Estava ali sentado refletindo sobre a minha própria vida. Sou mineiro de Diamantina. Nasci há 50 anos, época em que o Juscelino Kubitschek já tinha sido o nosso Presidente. Hoje vejo, no cenário nacional, surgir o Aécio como esperança dos mineiros de repetir o que foi esse grande estadista Juscelino Kubitschek de Oliveira. Parabéns pelo pronunciamento. Lembro sobretudo que o nosso Senador Aécio está aí, não para disseminar o ódio, mas para compartilhar o amor. Assim também era o nosso querido Juscelino Kubitschek de Oliveira. Parabéns!

O Deputado Duarte Bechir\* - Muito bem, Deputado Luiz Henrique. Concluo, Sr. Presidente, com algumas palavras. Por outro lado, devemos colocar-nos solidários com o nosso Presidente Dinis Pinheiro, que preside o Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas, fortalecendo o propósito de atuar na ampliação das prerrogativas dos Estados Federados e, por consequência, dos legislativos estaduais, a fim de combater a excessiva concentração de poderes na União. Esse é o desafio que devemos enfrentar. Que esta Casa se encarregue, então, desse papel e não se apegue em discussões estereis, que frustram as aspirações manifestadas pelo povo mineiro, que espera de nós indicativos seguros dos rumos a serem trilhados na busca de uma Minas cada vez melhor. Muito obrigado, Sr. Presidente.



\* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, aproveitando o pronunciamento do Deputado que me antecedeu e que levantou alguns aspectos relativos ao trabalho do Legislativo, particularmente a relação entre Situação e Oposição nesta Casa, também quero fazer algumas reflexões, mas de natureza prática. Sinceramente, espero que a Presidenta Dilma tenha todas as condições de concorrer à reeleição, até porque ela é do meu partido, o PT, mas acho um equívoco político, vindo de qualquer partido, entrarmos, no início de um governo, em um debate absolutamente estéril sobre os cenários sucessórios de daqui a quatro anos. Até porque a política e a vida são tão dinâmicas que um debate tão antecipado certamente não corresponderia à realidade. Mas considero um equívoco principalmente porque o que a população espera do Presidente da República, do Governador e dos parlamentares é trabalho, para alterar a vida para melhor. Esse tem de ser o parâmetro do relacionamento entre situação e oposição.

Assim, ocupo mais uma vez esta tribuna para apresentar uma agenda de iniciativas relevantes a serem tomadas para a superação da extrema pobreza em nosso Estado, na linha do que a Presidente Dilma está fazendo no País com o lançamento do plano Brasil sem Miséria. Na quinta-feira e na sexta-feira da semana passada, realizamos aqui um ciclo de debates muito importante, com a participação de representantes dos governos federal, estadual e municipais, dos quilombolas, dos assentados, dos acampados e dos jovens pobres, de militantes sociais e de especialistas do Ipea e da Fundação João Pinheiro. Foi feita a apresentação das diretrizes do plano Brasil sem Miséria e realizamos debates também com outros âmbitos de governo - Estado e Municípios.

Esse é um desafio de natureza ética, até porque nessa situação se encontram 16.200.000 de brasileiros e 910.000 mineiros. Mas é interessante observar, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que diferentemente da Constituição Federal, a Constituição do nosso Estado não coloca em seus princípios fundamentais a superação da pobreza. Aliás, estou recolhendo assinaturas para dar entrada em uma proposta de emenda à Constituição para acabar com essa defasagem. Ao falar em pobreza extrema, estou falando dos brasileiros e brasileiras que, mesmo com os avanços observados nos últimos anos - particularmente, nos oito anos do governo Lula, que retirou da pobreza 28 milhões de brasileiros - e mesmo com as políticas públicas, têm dificuldades em acompanhar o processo de crescimento e desenvolvimento econômico. Estou falando dos analfabetos e das crianças que são chefes de domicílio.

No dia 12 de junho, comemora-se o dia de luta contra o trabalho infantil, e é sempre bom lembrarmos que Minas Gerais tem 172.000 crianças entre 5 e 14 anos em situação de trabalho infantil. São aquelas pessoas que não têm sequer o registro civil; é o agricultor que não tem a posse da terra; é o morador do semiárido mineiro que não tem acesso nem mesmo à água de beber ou à água para criação e para agricultura familiar ou de sobrevivência; é aquele jovem que sai do ensino médio ou do ensino fundamental, que engrossa a taxa de evasão escolar por um lado e, por outro, a de inserção como usuário de droga ou da rede do tráfico que, mais à frente, engrossará as estatísticas de internado no sistema socioeducativo presidiário ou, infelizmente, depois as estatísticas de homicídio; é o jovem que não tem a qualificação profissional adequada para o mercado de trabalho; é o quilombola; é o indígena; é o idoso que não tem o benefício de prestação continuada por que, sequer, tem o conhecimento desse direito.

Estou falando de quase 1 milhão de pessoas em Minas Gerais, portanto temos de ter uma busca ativa com políticas públicas integradas, ousadas e de qualidade. Acredito que esse é o debate que temos de fazer. Afinal, como anda a situação da miséria extrema em Minas Gerais? Quais são as iniciativas que podemos e devemos tomar em Minas Gerais? Qual será a participação da Assembleia ao votar a lei orçamentária, o Plano Plurianual ou Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado? Qual será o real compromisso de cada nível de governo aqui em nosso Estado? Como já disse, é um imperativo ético de natureza civilizatória colocarmos água de beber para as pessoas.

Aproveito a oportunidade para convidar os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas para assistirem, na quinta-feira, às 14h30min, a apresentação de uma visita séria que fizemos ao Jequitinhonha. Sabe, Deputada Maria Tereza Lara, gostaria de contar com a presença da imprensa, pois fizemos um ciclo de debates aqui com a participação de mais de 800 inscritos, trouxemos Vice-Ministro e Secretário de Estado, mas, no outro dia, noticiou apenas o vendaval ocorrido durante a madrugada que, felizmente, não fez vítimas. Imagino que se tivesse feito vítimas, a imprensa teria dado mais notícia ainda. No entanto, parece que, para cuidar dos pobres, a imprensa não tem a sensibilidade para noticiar. Creio que esse tipo de cobertura faça com que a futrica, a intriga, o bate-boca retroalimentem esse tipo de situação.

Em nossa apresentação, mostrarei a análise da água que o pessoal anda bebendo lá na região e também fotos. Vocês verão que aquela história de pegar água na tigela, encher o latão e pendurar no jegue não é ficção de ninguém. Solicitaremos, então, que a Copanor reveja o critério de exclusão de comunidades com menos de 200 habitantes, e também que o Estado se integre ao governo federal no programa Brasil Sem Miséria no plano Água para Todos, que prevê 700.000 cisternas. Buscaremos junto ao Secretário de Estado de Fazenda de Minas agilidade na liberação da autorização de empréstimos junto ao BNDES para que uma parte sustente as iniciativas da Copanor aqui em Minas Gerais. Temos de marcar em cima nessas questões, contribuindo e ajudando e, se não tivermos a recíproca, temos de cobrar.

Antes de conceder um aparte à Deputada Maria Tereza Lara, gostaria de mostrar que o ciclo de debates foi da mais alta importância. Temos uma pauta para tratar dos seguintes assuntos: titulação e política pública dos povos indígenas e quilombolas; "crack" - inclusive, a Presidenta Dilma lançará, na próxima segunda-feira, um plano de combate ao "crack" -; ensino técnico e combate à evasão escolar - na próxima terça-feira, a Assembleia Legislativa começará uma discussão sobre a situação nas escolas -; recurso hídrico no semi-árido; busca ativa e necessidade de ampliar o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Creas - em Minas; retirada de 170.000 crianças da situação de trabalho infantil em Minas Gerais; atuação cada vez maior e melhor da Emater junto aos agricultores familiares para que tenham insumo, assessoramento técnico e apoio à comercialização; melhoria da qualidade do ensino médio e profissionalização para a entrada dos jovens no mercado de trabalho. Então temos uma agenda muito extensa em Minas Gerais. O para casa é grande.

Nesse sentido, ontem mesmo começamos a organizar um seminário legislativo, junto à Deputada Luzia Ferreira, ao Deputado Rômulo Viegas, ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros. É muito importante. Faremos essa discussão nas 10 regiões administrativas de Minas Gerais para ter resultado no Plano Plurianual e no Orçamento do Estado.

Então gostaria de fazer esse registro, agradecendo todos aqueles que participam, até mesmo o corpo técnico da Assembleia. Não tenho dúvida, e já me relataram isso de Brasília, que, nesses meses iniciais do governo federal, foi o melhor evento estadual relacionado à superação da pobreza, pela qualidade e pela representatividade de alto nível. A Assembleia deve se orgulhar disso. Espero que o seminário legislativo transcorra da mesma forma.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputado André Quintão, estava lembrando que, desde a campanha, a nossa Presidenta Dilma colocou como objetivo prioritário a erradicação da miséria e da pobreza e tem sido fiel a esse objetivo. Ela tem pontuado isso sempre em todas as suas ações, principalmente na educação, com a questão dos cursos técnicos, e nas políticas públicas sociais.

V. Exa. tomou a iniciativa que levou a esse ciclo de debates com a participação e o apoio da Mesa da Assembleia e de vários Deputados desta Casa. E agora esse fórum técnico será preparado em todo o Estado para que possamos contribuir.

Não tenho dúvida: nossos mandatos têm sentido quando realmente trazem frutos da proposta na qual acreditamos - e certamente acreditamos. Posso afirmar que acreditamos e comungamos do objetivo de tornar a nossa sociedade mais justa, mais igual e mais fraterna.

Nesse sentido, também parableno-o por cobrar da Copasa e da Copanor, porque água é prioridade número um para que haja a erradicação da miséria e da pobreza. Sem água não há vida. Não há como entender uma entidade estadual, como a Copasa e a Copanor, não priorizar a sua ação, a sua função social de chegar sobretudo aos mais pobres. Ficam aqui os nossos cumprimentos.

Certamente, Minas Gerais está dando e dará, por meio da Assembleia Legislativa, grande contribuição para que o nosso país possa verdadeiramente erradicar a pobreza e a miséria. Tenho a confiança de que, com uma mulher no poder, avançaremos e conseguiremos esse objetivo.

Encerrando, Deputado André Quintão, no próximo dia 20, à tarde, teremos aqui um ciclo de debates sobre a reforma política. Haverá uma mesa sobre mulher na política. De público, deixo o convite para que todos e todas participemos desse debate. A mulher precisa contribuir ao lado dos companheiros homens para que a nossa sociedade possa verdadeiramente avançar cada vez mais para uma sociedade mais justa e mais igual, como já falamos. Meus cumprimentos mais uma vez.

O Deputado André Quintão\* - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Convido mais uma vez os Deputados e as Deputadas a assinarem essa proposta de emenda constitucional importante, que coloca a superação da pobreza em nosso Estado como princípio fundamental da nossa Constituição. Convido também os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas desta Casa a integrar os esforços desta Casa para a realização desse seminário legislativo, que tem total apoio do Presidente, Deputado Dinis Pinheiro. Já na segunda-feira próxima teremos outra reunião organizativa.

E convido também todos os Deputados a comparecer à Comissão de Participação Popular na quinta-feira, às 14h30min, para conhecermos mais de perto o drama dos nossos irmãos do Jequitinhonha, que estão tendo de separar barro de água para matar a sede. Façamos uma corrente, e convido para participar dela o Deputado Duarte Bechir, que me antecedeu e que já está integrado nessa luta. Vamos todos os 77 Deputados dar esse exemplo e exigir que a Copanor volte atrás nesse critério esdrúxulo de excluir famílias e comunidades com menos de 200 habitantes. Água é direito universal, é uma questão básica. Rever o critério não significa que amanhã terá de haver água encanada para todos, mas podemos ter um cronograma, uma integração, buscar recurso federal. Deixo esse apelo para que, na quinta-feira, a Assembleia, em peso, manifeste adesão a esse esforço. Faço o apelo ao Presidente da Comissão de Justiça, Deputado Sebastião Costa. Não podemos ter critério para oferecer água para o ser humano. Água é um direito elementar. Isso vai fazer Minas passar vergonha no cenário nacional. Essa é uma questão humanitária. Um órgão público não pode admitir um critério de exclusão de pessoas para terem acesso à água. Deixo esse apelo e creio que, na quinta-feira, a Assembleia irá, de maneira uniforme, como foi mencionado pelo Deputado Duarte Bechir, dar o exemplo.

Nessa questão não há Oposição nem Situação, não há Dilma, Lula nem Aécio; há os 77 Deputados da Assembleia Legislativa exigindo isso da Copanor. O Governador terá acesso ao relatório, e tenho certeza de que, ao tomar conhecimento de tudo, ele próprio terá essa iniciativa. Penso que, quando a Copasa e a Copanor tomaram essa decisão, não tinham o aval do atual Governador. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Concedo aparte ao Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)\* - Antes de V. Exa. iniciar, quero fazer um registro e não vou gastar o seu tempo todo. Quero registrar o meu descontentamento com a Secretaria de Educação de Itabirito. Ontem, a cidade pela qual tenho o maior carinho e apreço e pela qual trabalho estava no "Jornal Nacional". A crítica que foi feita a Itabirito nos assusta. A falta de comando na cidade, principalmente no setor da educação, com o Secretário Ricardo, deixa-nos mais assustados. Foi preciso que a Rede Globo mostrasse que os alunos da cidade em que sou majoritário, onde tive mais de 50% dos votos na última eleição, com quase 10 mil votos, estão sem livros. Os alunos têm dificuldade de estudar. O governo do Estado faz a sua parte, a Secretaria de Estado pode ter suas falhas e não ter mandado, mas os livros estão presos dentro de armários, como foi mostrado ontem.

Aproveitando o seu tempo, manifesto, Deputado Carlin, o protesto deste Deputado. Será que aquela cidade está sem Prefeito? Será que o Prefeito Manoel Marmota, ou melhor, Manoel da Mota não tem como levar a educação da cidade à frente? Será que o Sr. Ricardo, que gosta muito de conversar fiado pelos cantos das cidades para onde vai, não tem condição de comandar a Secretaria de Educação e cobrar um ensino melhor e até mesmo uma melhor parceria da Secretaria?

Então, eis o protesto deste Deputado, que já está agendado com a Secretária de Educação, não para levar o Secretário de Educação, porque ele não entende nada, mas o colegiado de pais à Secretaria de Educação de Minas Gerais para resolvermos esse problema. Matérias como essa, falando da minha querida Itabirito, não passam mais na minha cidade. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura\* - De nada, Deputado Alencar da Silveira Jr. Essa é uma preocupação importante em relação à educação. Expresso a nossa solidariedade. Também nossa solidariedade à bandeira levantada pelo Deputado André Quintão, direito à água potável para todos os mineiros. Minas não pode conviver com o sistema de exclusão da água. A revisão do critério da Copanor para a

população de Minas Gerais conta também com o nosso apoio. Esta quinta-feira, sem dúvida alguma, será um momento importante para isso.

Quero, Sr. Presidente, fazer um registro importante. Ontem tivemos oportunidade de receber nesta Casa a visita da bancada que constitui o Bloco Parlamentar Mineiro Pró-Dilma, a favor de Minas Gerais. Ontem recebemos a visita do nosso ilustre Senador Clésio Andrade, acompanhado de vários Deputados Federais de Minas, como os Deputados Miguel Correa, Jô Moraes, o nosso Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, e Jorge Milton. Enfim, foram diversos Deputados que hoje, com o Senador Clésio Andrade, compõem a base de sustentação da Presidenta e reforçam a importância que Minas Gerais terá no governo da nossa Presidenta Dilma Rousseff, a Presidenta mineira. Na coletiva de ontem foi anunciado, e isso ficou devidamente demonstrado, o compromisso com Minas com projeções de investimentos de R\$20.000.000.000,00 para os próximos quatro anos, por meio de projetos estruturadores importantes. Foi anunciado o compromisso da Presidenta Dilma com o metrô de Belo Horizonte, que será estendido a Betim, passando por Contagem, e também a ramificação do Terminal Barreiro, um sonho antigo, que a Presidenta Dilma, sem dúvida alguma, se compromete a realizar.

Também ficou acertado e já estão devidamente encaminhados os recursos necessários para a duplicação da Rodovia Fernão Dias, iniciando com os dois primeiros lotes, que partem de Belo Horizonte e vão até Bela Vista de Minas e a etapa final, que vai até Governador Valadares. A coletiva ontem, Sr. Presidente, foi importante para demonstrar o valor da bancada mineira para trazer investimentos para o nosso Estado. Percebemos que a coesão, a unidade, a força política de Minas, que sempre teve papel de destaque no cenário nacional, quando bem exercida, realmente traz resultados importantes. Temos convicção de que Minas haverá de colher resultados, de que a nossa Presidenta tem compromisso com o nosso Estado. Ontem foi apresentado um rol de demandas importantes para Minas. Todos os mineiros de bom grado, de boa-fé têm de trabalhar juntos a favor desses investimentos.

Foi listado um rol de prioridades, que passam, por exemplo, sem dúvida nenhuma, pela duplicação da BR-381, pela reformulação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, pela adequação da BR-040, do trevo de Ouro Preto a Ressaquinha, e, como já disse, pelo término do metrô de Belo Horizonte, a extensão até Betim, Contagem e Barreiro.

Há também uma proposta importante que a bancada mineira pró-Dilma, com a liderança do Senador Clésio Andrade, pretende implementar: a elevação do percentual do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Hoje esse percentual é de 22,5%, e a proposta é de atingirmos 26,0%, o que criaria melhores condições especialmente para os Municípios de Minas Gerais - nosso Estado tem o maior número de Municípios, são 853 - e também para os Municípios de todo o Brasil. Esse percentual de 26% é fundamental para ajudar os Municípios a equacionar suas contas e suas demandas.

Outro tema importante, Sr. Presidente, é o novo marco regulatório da mineração. A nossa bancada de Minas pró-Dilma também sabe da importância de termos um novo marco regulatório da principal riqueza de Minas Gerais. Existem alguns pontos nesse novo marco regulatório que consideramos importantes, como, por exemplo, a elevação do percentual da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários - CFEM -, que hoje é de 2% do faturamento líquido. Temos como pleito transformar esse índice em 4% do faturamento bruto de retribuição pela exploração do minério.

Outro ponto importante é a readequação da Lei Kandir no que diz respeito à mineração. Pelas regras dessa lei, que foi criada na época do governo Fernando Henrique Cardoso, hoje todo produto de exportação não paga ICMS. A principal pauta de exportação de Minas Gerais é o minério, e, portanto, todo produto que sai das montanhas de Minas e vai para o mercado externo não deixa nenhum centavo de arrecadação de ICMS para os nossos Municípios e para o nosso Estado. Essa extração mineral vai praticamente “in natura”. É o caso, por exemplo, do minério de ferro, em que há os chamados “pellets”, aquelas bolinhas, aquelas pelotinhas de minério bruto que é condensado e mandado na forma bruta para o exterior, especialmente para a China, onde são industrializadas. A nova proposta do marco regulatório, que Minas Gerais deve analisar com muito carinho, diz que o minério exportado em sua forma bruta não pode ser incluído na Lei Kandir. Se o minério na forma bruta, “in natura”, for exportado, é preciso pagar ICMS. Só estaria isento da tributação de ICMS o minério industrializado, o produto mineral que agrega valor. Qual é o objetivo? Isso incentivaria as empresas a agregar valor, a processar, industrializar o produto aqui no País. Na forma de produto industrializado, o produto estaria isento da tributação do ICMS. Com isso, as cadeias produtivas mineira e nacional seriam reforçadas e, pelo próprio processo interno de produção, haveria incidência de ICMS sobre esses produtos. O produto final, na exportação, estaria isento. Se a empresa, a mineradora optar por mandar o minério na forma bruta, será cobrado o ICMS, sob pena de Minas ficar prejudicada. Essa questão é importante e foi levantada aqui ontem, durante a coletiva.

Foi muito discutida a importância do Estado, enquanto fomentador de desenvolvimento regional. Dentro do nosso projeto, que conta com a aquiescência da nossa Presidenta Dilma, teríamos seis polos de empreendimentos no Estado. Um deles seria na Região Metropolitana de Belo Horizonte, um polo empreendimento industrial, de geração de emprego e renda e de desenvolvimento da indústria mineira. Então, seria um polo na Região Metropolitana de Belo Horizonte e outro em Governador Valadares, região que tem sido muito esquecida nos últimos anos. Teríamos também em Montes Claros, Triângulo Mineiro e Noroeste, Sul de Minas e Zona da Mata. Portanto, seria um polo de empreendimento industrial, de fomento da indústria mineira e de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, com a aquiescência da Presidenta Dilma Rousseff.

Outra bandeira importante levantada pela nossa bancada, que trabalha a favor de Minas Gerais junto ao governo federal, junto ao governo da Presidenta Dilma, é a criação do Tribunal Regional Federal, que seria desmembrado da 1ª Região. O Tribunal Regional Federal é a 2ª Instância da Justiça Federal. No nosso caso, a sede do Tribunal hoje fica em Brasília, que é o TRF da 1ª Região. Em Minas Gerais, todas as ações da 2ª Instância são resolvidas em Brasília. A proposta é a criação de um Tribunal Regional Federal da 6ª Região, específico para Minas Gerais. Assim, teríamos o TRF-6 no Estado de Minas Gerais, o que seria importante para todos nós, mineiros, e para toda a advocacia mineira. Entendemos que a Justiça Federal é aquela encarregada de julgar processos e ações que envolvam a União no pólo ativo ou passivo da ação, tanto na área de tributos quanto na área penal. Essa é a justiça que julga crimes de tráfico de drogas e de contrabando. Portanto, a Justiça Federal ter um Tribunal aqui é de fundamental importância.



Outra questão importante que foi levantada também pela nossa bancada durante a entrevista do Senador Clésio Andrade é a criação da Empresa Brasileira do Café - EBC -, que terá como princípio fundamental nortear a valorização da produção do café mineiro, o fomento da indústria do café, especialmente o café do Sul de Minas. O melhor café do mundo é o café de Minas Gerais, do Sudoeste, do Sul, enfim, da diversa produção cafeeira do nosso Estado. Com a EBC, essa produção será mais valorizada. Um empreendimento que também consideramos importante é o aumento do contingente da Polícia Rodoviária Federal - PRF -, tendo em vista que Minas Gerais possui a maior malha rodoviária do País. Diante disso, será necessário também o reforço dos Policiais Rodoviários Federais para cobrir a malha rodoviária. Essa coletiva foi importante para mostrar que Minas Gerais hoje tem uma representação forte e coesa. Precisamos, neste momento, de uma sintonia da nossa bancada federal, entre Deputados e Senadores em defesa de Minas Gerais. Esperamos que, com o governo federal, nesses três anos e meio de coordenação da Presidenta Dilma, Minas volte a ter os empreendimentos e os investimentos importantes e necessários. Parabenizo o Senador Clésio Andrade pela importante iniciativa e também todos os Deputados Federais que constituem o Bloco Minas Pró-Dilma, que conta com o apoio dos Deputados do Bloco Minas sem Censura.

\* - Sem revisão do orador.



## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 20/6/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o cumprimento das condições previstas nos incisos I a IV do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, c/c o artigo 132 acrescido ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, pelo artigo 48 da Emenda à Constituição nº 84, de 22/12/10, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/04, 16.833, de 20/7/07, e 17.637, de 14/7/08, na Lei complementar nº 64, de 25/3/02, e nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 6/6/11, a servidora Maria Tereza Figueiredo Jabace Moura, CPF nº 868.887.908-78, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-42, classe III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.